

79-7 9.7
207362

ACADEMIA DE MARINHA

" VIAGEM FILOSÓFICA DE ALEXANDRE
RODRIGUES FERREIRA "

CICLO DE CONFERÊNCIAS

por

CARLOS ALMAÇA

ÂNGELA DOMINGUES

MIGUEL FARIA



LISBOA - 1992

OS ESTABELECIMENTOS ARTÍSTICOS DO MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL
DO PALÁCIO REAL DA AJUDA E A VIAGEM FILOSÓFICA DE ALEXANDRE
RODRIGUES FERREIRA

*Comunicação apresentada à Academia de Marinha em 22 de Abril de 1992
Pelo Dr. Miguel Faria*

Na segunda metade do século XVIII, em consequência do impulso da política pombalina, verificou-se em Portugal uma proliferação das escolas de desenho e do número de oficiais formados naquela arte.

Esta realidade ultrapassava bastante os limites estritos das Belas-Artes para invadir áreas produtivas e científicas onde o desenho funcionava como elemento complementar de formação e informação de áreas que procuravam a sua emancipação num quadro conjuntural conduzido pelo espírito das "luzes".

O "Discurso sobre as utilidades do Desenho" (1) do escultor Joaquim Machado de Castro sintetiza superiormente esse espírito e o momento da época de uma Nação apostada no desenvolvimento conjugado entre a formação teórica e a aplicação prática por agentes nacionais, melhor demonstrada na ousadia da autosuficiência da estátua equestre de D. José I, desenhada, modelada, fundida e transportada usando em exclusiva tecnologia nacional.

Essa aprendizagem do desenvolvimento, recorria planeadamente à fixação de cientistas e técnicos estrangeiros que procuravam cultivar a partir das instituições de Ensino e estabelecimentos industriais a aridez de certas áreas do conhecimento e da produção que haviam avançado no passado de forma irregular sem um apoio sedimentado nos quadros institucionais existentes.

(2)
É neste período que surge em Portugal o planeamento do estudo de História Natural tendo o italiano Domingos Vandelli protagonizado sucessivas acções das quais nos interessa particularmente a fundação do Real Jardim Botânico da Ajuda. (3)

Através de uma "Relação" (4) redigida pelo próprio cientista podemos numa primeira análise fixar a seguinte evolução cronológica.

Vandelli recebia um vencimento determinado por D. José I desde 1764.

Em 1768 recebeu ordem do mesmo monarca para estabelecer um Jardim Botânico para o que "se transmutou a Quinta da Fruta e de hortaliça do Palácio Velho da Ajuda" e para cuja obra mandou vir de Pádua, Júlio Mattiuzzi, jardineiro e seu ajudante em Itália.

Simultaneamente ao enriquecimento do Jardim em espécimes requisitadas

nas mais diversas origens foi criado um Laboratório Químico e um Museu de História Natural.

Finalmente surgiria a Casa do Risco cuja criação Vandelli justifica textualmente:

"Por ocasião de copiar-se huma colleção de riscos de plantas do Perú e Chyle, que vierão no Gallião, que foi tomado pelos Inghlezes na última guerra, (5) vierão da Fundição três hábeis Dessinadores, que unidos com dois outros, que estavam no Jardim para o risco do mesmo, e que tãobem trabalhavão em huma muito útil obra para facilitar o estudo da Botânica, e consistir nas figuras de todas as frutificações dos gêneros das plantas athe agora conhecidos, derão principio com os Aprehendizes a attual Casa do Risco."...

Para além dos trabalhos eventuais a que Vandelli se refere a criação da Casa do Risco como unidade orgânica adida ao Jardim Botânico da Ajuda data de 1780 como o sugere diversa documentação disponível. (6)

A sua "Relação" confirma, por outro lado, a origem do corpo primitivo de desenhadores destacados: a Fundição do Arsenal do Exército, notícia que coincide com exactidão com a informação fornecida por Cirilo WolKmar Machado. (7)

Entretanto o interesse pelos estudos de História Natural, haviam passado da esfera privada da aristocracia e da Casa Real, para a qual tinha sido criado o citado estabelecimento, para o campo universitário através da Reforma pom-balina da Universidae de Coimbra.

Vandelli seria também encarregado da direcção dos referidos estudos, criado um notável grupo de discípulos naturalistas nos quais se incluiria o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Num processo de aceleração notável aos recém-formados discípulos esperavam de imediato tarefas precisas no desbravar das riquezas desconhecidas da História Natural nos domínios ultramarinos portugueses e em especial ao Brasil.

A formação teórica era indispensável mas a importância do trabalho de campo era decisiva para a realização do grande projecto que se delineava: o de uma ambiciosa História Natural das Colónias.

Como instrumento de apoio ao trabalho de campo pautando regras para a eficaz recolha da informação, surgem dois documentos que nos interessa analisar no que referem relativamente aos registos gráficos.

O primeiro ainda da autoria de Vandelli e não se conhece qualquer exemplar impresso. Vem datado de 1779 e intitula-se sugestivamente: "Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar". (8)

Desta dissertação extraímos algumas recomendações fundamentais.

Referindo a importância que as anotações num diário tinham para o naturalista em campanha, Vandelli classifica depois os objectos de estudo do

seguinte modo: "Ora os objectos, ou são daqueles que se podem recolher, como todas as plantas com as suas flores; as minas despegadas do lugar do seu nascimento, e os animais que se podem remeter; os quaes todos devem ser recolhidos para se descreverem conforme o sistema da Natureza; ou são daquelles que não podem ser transportados, como são as habitações, montes, rios, fontes, árvores grandes, animais ferozes, e ainda algumas plantas com as suas flores, de que haja receio, que se não possam conservar perfectas, e então estes todos devem ser debuxados, e se he possível illuminados com toda a exactidão."

Continuando a sua exposição referem ainda Vandelli: "Esta exactidão suppõe também observância de indicar, tanto nas descrições como nos delinhiamentos de todos estes objectos, a latitude ou altura do Pólo, a longitude, clima, e qualidade da atmosfera em que achão no globo, Daqui se collige quam indispensáveis são aos Naturalistas os conhecimentos da Trigonometria plana, e risco das plantas, e Pintura: porque ainda que aquelles se podem supprir levando consigo hum homem instruido na Mathemática como Engenheiros, e aos últimos indo acompanhando de hum Pintor, nem, sempre isto he praticável: tanto porque aquelles podem faltar, como tem mostrado a experiência, enquanto á pintura como porque as plantas que ha mais exactas são as que nos derão os que ao mesmo tempo erão Philosophos e Pintores"

Seguem-se ainda outros considerando-os como o relativo aos animais "que se não podem remeter, serão perfeitamente delineados, e se for possível, illuminados ao natural..."

Em síntese o naturalista deveria de preferênciá dominar também a arte do desenho de modo a poder registrar tudo o objecto que não estivesse habilitado a recolher no caso de não se fazer acompanhar de um executante especializado nesse domínio.

O segundo documento foi publicado pela então recém criada Academia das Ciências de Lisboa. Datado de 1781 de novo realça a importância do desenho como complemento do trabalho dos naturalistas, referindo-se às espécies zoológicas surgem as habituais recomendações: "...Mas, como só as pelles não bastam para dar huma idéa justa da fôrma e postura do animal, recommenda-se aos Correspondentes, que mandem junto com ellas hum desenho, ou huma descripção exacta, ao menos daquelles, que não são vulgarmente conhecidos, ou que tem alguma coisa de extraordinário." (9)

Estes conjuntos de instruções eram habituais como forma de coordenação dos trabalhos das viagens científicas da época chegando mesmo a serem dadas directrizes aos desenhadores sobre o modelo de grandeza dos "riscos" de modo a estabelecer um critério uniforme que facilita-se a abertura das gravuras destinadas posteriormente às publicações científicas como sucedeu na expedição botânica de Ruyz y Pavon aos Reinos do Peru e Chile (1777-1788). (10)

Os discípulos portugueses de Vandelli cedo se habituaram a seguir as instruções sobre a utilidade da aplicação do desenho.

Alexandre Rodrigues Ferreira nos seus primeiros trabalhos de campo executados em Portugal cumpriu essas regras num trabalho de exploração mineira como nos elucida uma carta de Vandelli a Martinho de Melo e Castro, somando "à exacta descrição da Mina de Carvão" as "figuras" da mesma, desconhecendo-se, porém o respectivo autor. (11)

O que melhor satisfaz o princípio de polivalência naturalista-artista foi, aparentemente, o Dr. Joaquim Velloso de Miranda, da mesma geração universitária mas que passou ao Brasil antes de Ferreira.

Velloso de Miranda deixou uma extensa colecção de aguarelas de plantas brasileiras algumas das quais Vandelli enviou para Londres tendo W. Simon localizado alguns exemplares no Museu Britânico. (12)

Um outro Naturalista-Riscador, Angelo Donati, companheiro de Joaquim José da Silva na exploração filosófica a Angola, não teve tempo para ilustrar no terreno as suas aptidões já que faleceu pouco depois do seu desembarque naquela antiga Colónia. (13)

Resta-nos um desenho seu de características alegóricas existentes no Arquivo Histórico do Museu Bocage de Lisboa (14) (Fig. 1) e uma notícia pouco clara sobre um conjunto de aguarelas de plantas tropicais que teria realizado mas que não conseguimos localizar. (15)

Mas são excepções que confirmam a regra.

Na maioria dos corpos expedicionários encontravam-se "riscadores" especificamente destacados para complementarem graficamente os objectivos das viagens. (16)

Por outro lado, segundo recomendações de Vandelli deveria ser incluídas na bagagem literária dos naturalistas obras ilustradas com gravuras que facilitassem a identificação das espécies já conhecidas. (17)

Em 1783 tudo parecia estar a postos para o início das expedições. Antes, porém, já Frei José Mariano da Conceição Veloso iniciara levantamentos botânicos nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, acompanhado de um desenhador também Franciscano, Francisco Solano, recolhas que estariam na base da "Flora Fluminensce" obra posteriormente publicada no Brasil. (18)

Ao plano inicial que se concentraria sobre o Brasil, sobrepos-se uma nova estratégia que lançaria os discípulos de Vandelli por outros polos do Ultramar português.

Todas as equipas se encontravam à partida munidas de desenhadores. (19)

Na comitiva de Alexandre Rodrigues Ferreira a presença era significativa: dois desenhadores num total de quatro elementos.

Aqui localizamos o riscador José Joaquim Freire o único dos desenhadores de campo do conjunto das viagens que havia transitado da Fundação do Arsenal no momento da criação da Casa do Risco, embora seja de admitir que Donati ou Codina fossem um dos outros dois desenhadores, que Vandelli

refere na sua "Relação", já em actividade no Jardim Botânico antes da chegada dos Arsenalistas em 1780. (20)

O que é certo é que na Casa do Risco permaneceram pelo menos quatro desenhadores (mais os discipulos) constituindo uma rectaguarda fundamental dos seus colegas que partiram para as explorações. (21)

A articulação entre os homens de campo e a Casa do Risco da Ajuda constitui uma primeira questão fundamental para o entendimento da mecânica desta efêmera unidade de produção artística.

A solução encontramos-na nas intruções citadas anteriormente. (22)

Aos artistas itinerantes competia sobre tudo riscar e se possível "illuminar do natural" tudo aquilo que não fosse permitido transportar em segurança.

Facilmente se depreende o que foi realizado no local.

Na Casa do Risco da Ajuda os artistas subdividiam-se em várias actividades: desenhando e colorindo os objectos "transportáveis" (nomeadamente as plantas dos herbários, animais, etc.,) que chegavam enviados pelos naturalistas em viagem ou através das remessas dos correspondentes locais, como nos é confirmado pela "Relação" de vandelli. (23)

Por outro lado competia-lhes também a realização de cópias de "segurança" dos originais enviados pelos desenhadores itinerantes. (24)

Os desenhos da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira.

É difícil definir com rigor o volume da produção gráfica original da viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira.

O próprio conceito de "original" coloca algumas questões como é o caso das cópias feitas sobre o terreno (25), ou dos desenhos dos espécimes "transportáveis", que teram visto a sua primeira forma já na Casa do Risco da Ajuda e eventualmente muitos deles escapado à mão de Freire e de certeza à de Codina que não regressou do Brasil.

Outra questão normalmente levantada é a do desenho realizado em duas fases - iniciado no terreno e posteriormente concluído na Casa do Risco - ideia que uma observação dos volumes de desenhos do Museu Bocage não confirma, antes pelo contrário, dado o elevado número de desenhos deixados por concluir, (Fig. 2) ficando a ideia que, nesses casos, era preferível o inacabado do que o terminado a custa das "memórias" ou mais simplesmente da imaginação (26) (Fig. 3/4).

Voltando à questão da produção, é sobejamente conhecida a dispersão que o espólio da Viagem de Alexandre R. Ferreira sofreu ao longo dos tempos.

Os desenhos naturalmente comungaram do mesmo destino.

Citando uma fonte brasileira a que não tivemos acesso Angela Domingues refere que "ao longo da sua missão, parece (Codina e Freire) terem desenhado cerca de 1015 estampas de quadrúpedes, aves, peixes, insectos, plantas, alfaías de índios, paisagens e cartas geográficas, exemplares únicos

elaborados in loco" (27), informação que seria interessante confrontar com a avançada por Edgar Cerqueira Falcão que citando fontes do século XIX em grande esforço de aritmética contabiliza "962 desenhos a aguarela, em sua grande maioria, assinados ora pelo Freire, ora pelo Codina" (28), número que necessariamente não incluía os dois volumes de originais existentes no Museu Bocage que totalizam mais 211 desenhos aguarelados.

O estudo deste espólio constitui objecto de um estudo autónomo só possível através do confronto metódico dos acervos do Rio de Janeiro e de Lisboa, que poderia simplesmente começar pela comparação dos frontespícios dos respectivos volumes (29), (Fig. 5 e 6) tarefa que nos propomos realizar no quadro de uma desejada, e necessária, publicação dos albums pertencentes ao Museu Bocage da Faculdade de Ciências de Lisboa.

Mas as notícias sobre a Casa do Risco da Ajuda continuaram depois da conclusão da viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Pela citada "Relação" de Vandelli (Junho-Julho de 1795) sabemos que naquela data ainda a Casa de Risco se ocupava com os desenhos respeitantes à viagem filosófica de Ferreira. (30)

No entanto tornava-se necessário diminuir as despesas do conjunto dos estabelecimentos da Ajuda reconhecidamente exageradas pelo próprio Vandelli, que entretanto delegara a administração no Dr. Alexandre Ferreira.

Reflectindo essa política de austeridade o Erário, através dos decretos de 27 de Maio e 3 de Junho de 1795, fixara uma verba mensal de 400 mil réis para a globalidade das despesas do Jardim Botânico da Ajuda e seus serviços anexos.

Aparentemente estas restricções não puseram em risco a Casa do Risco que pelas folhas de pagamento registava um número de assalariados notável e que nos dá a expressão da dimensão das tarefas à época.

A documentação disponível oferece-nos uma interessante imagem da evolução da situação.

Em Julho de 1795 encontravam-se incluídos na folha de pagamento das "pessoas effectivas no serviço do Real Jardim Botânico e Museu" seis desenhadores e três adidos à Casa do Risco (discípulos). (31)

Cerca de um ano depois (Julho de 1796) nas mesmas folhas mantêm-se a quase totalidade dos empregados na Casa do Risco, tendo apenas desaparecido, Victo Modesto, um dos discípulos.

Porém, o documento que precede as referidas folhas, propõe algumas medidas de austeridade e entre elas a dispensa dos discípulos do Desenho. (32)

Sem discípulos não há escola. A casa do Risco como estação de ensino do Desenho de História Natural parece encontrar aqui o seu termo.

No próprio corpo de desenhadores tinha havido uma redistribuição de tarefas, por ordem superior, tendo José Joaquim Freire e Manoel Tavares sido encarregues do desenho de cartas e mapas geográficos, realidade con-

firmada por diversas fontes que no entanto não são unânimes na fixação do momento da requisição dos referidos desenhadores para as suas novas funções. (33)

Com os dois melhores executantes dispersos noutros trabalhos e sem discípulos à Casa do Risco restavam três desenhadores: António José dos Santos, Vicente Jorge e Joaquim José da Silva.

Para complicar mais a situação Tavares, Santos e Jorge, os três desenhadores que tinham dado início à Casa do Risco juntamente com Freire, oriundo da Fundição do Real Arsenal do Exército, e desde sempre pagos pela sua Estação de origem, levaram "baixa do Jornal, que vencem por este Arsenal desde o primeiro dia do presente mês; e que só assim deverão ser pagos d'ahi em diante dos seus salários na diferente Estação em se achão empregados".

A determinação datava de 6 de Março de 1800, assinada por Bartolomeu da Costa, Director do Arsenal e célebre responsável pela fundição da estátua equestre de D. José I e iria logicamente agravar o já depauperado orçamento da Ajuda. (34)

A "Relação" de Vandelli, escrita como vimos cerca de 5 anos antes, não deixava, no entanto, dúvidas.

As despesas excessivas correspondiam a uma situação momentânea consequente da fase de lançamento de um projecto ambicioso - o da História Natural das Colónias - que à medida que as tarefas fossem cumpridas libertaria progressivamente o Erário de tão pesados encargos.

Obedecendo a esta filosofia de gestão, Vandelli projecta mesmo uma reestruturação de funções para os desenhadores da Casa do Risco:

"Completaados, que seião todos os riscos dos novos gêneros, e novas especies de plantas, e de animais, experimentando-se os mesmos dessinadores a abrir em cobre, abrirão em chapas todos os sobreditos riscos para unirse a História Natural das Colónias, no cazo, que S. Magde por Glória do seu reinado, utilidade pública, e augmento da História Natural, resolva que esta História se imprima"..." (35)

Cumprida que fosse a primeira fase do trabalho (os "riscos") os desenhadores deveriam ser convertidos em gravadores para que se prosseguisse o plano da obra projectada.

A Casa do Risco concluía a missão para a qual aparentemente havia sido criada. A sua efemeridade havia sido imposta pelo próprio plano inicial de Vandelli.

No futuro a sua expressão devia ser reduzida ao essencial e em paralelo com o seu declínio emergia o novo estabelecimento de Belas Artes adido ao Museu da Ajuda: uma Casa da Gravura, o que satisfazia com rigor as orientações primitivas do projecto de Vandelli.

A Casa da Gravura da Ajuda

Embora Ernesto Soares nos dê a notícia do ingresso do gravador Manuel Marques de Aguiar no Real Museu e Jardim Botânico logo após o seu regresso de Londres cerca de 1796, (36) a primeira informação segura da fundação da Casa da Gravura da Ajuda é-nos fornecida por Silvestre Ribeiro que refere um decreto lei datado de 15 de Maio de 1800 nomeando um gravador de História Natural para o Gabinete da Ajuda. (37)

Trata-se certamente do decreto da nomeação de Manoel Marques de Aguiar cujo texto foi publicado por Júlio Jesus não identificando, porém este investigador a data do documento.

O texto é ilucidativo quando aos objectivos a atingir:

"...Hey por bem consignar ao referido Manoel Marques de Aguiar o Ordenado de quatrocentos e oitenta mil réis por anno, que lhe serão pagos aos quartéis pelo Meu Real Erário, desde a data deste, *Com a obrigação Real Jardim Botânico os Desenhos pertencentes à História Natural, que Tenbo Mandado escrever do Estado do Grão Pará, e Rio Negro; e de formar juntamente discipulos hábéis, afim de vulgarizar por este modo as luzes que adquiriu.*" (38)

O documento prova que ainda no ano de 1800 o projecto se encontrava em franco progresso.

Brotero em documento datado de 20 de Outubro de 1823 mas que historia a situação anterior confirma a cronologia da fundação e os objectivos do novo estabelecimentos:

"A Casa da Gravura deste Real Museu e Jardim Botânico do Paço da Ajuda foi estabelecida pouco depois do anno 1800, na conformidade do que se pratica em semelhantes Estabelecimentos fundados pelos soberanos de diversos Países da Europa, para Gravadores Hábeis nella se empregarem a abrir desenhos de produtos raros e novos respectivos a diferentes sciencias de História Natural, e alguns outros de que S. Magestade houvesse por bem incumbilos.

No seu serviço por Decretos de S. M. e com ordenados pagos pelo Erário Régio forão empregados dois Gravadores, hum delles Manoel Marques de Aguiar e o outro João Caetano Rivara "... (39)

Independentemente da fixação rigorosa da cronologia da sua fundação uma Casa da Gravura com funções específicas, e segundo o plano primitivo de Vandelli instalara-se na Ajuda.

Entretanto sabemos que por decreto de 25 de Janeiro de 1802 o gravador Rivara tinha sido nomeado oficialmente para "Abridor anexo ao Real Jardim Botânico para executar as obras que lhe forem encarregadas" (40) e que por ordem do Principe Regente, datada de 9 de Março de 1804, fora colocado na folha de vencimentos do Jardim Botânico da Ajuda, José Manuel Leitão de Vasconcelos "Discipulo de Aguiar, para trabalhar debaixo da inspecção do Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira na gravação dos produtos da História Natural do Pará, de que o mesmo Doutor está encarregado". (41)

Pouco depois, a 11 de Maio do mesmo ano, manda o Príncipe Regente "entregar ao Abridor Bartollozi para seu uzo a grande Imprensa que a princesa N. S. mandou vir de Inglaterra, e esth no Jardim Botânico à disposição de Aguillar "... (42)

A 17 de Novembro de 1805 dá-se a transferência da Casa da Gravura para a torrinha do Jardim Botânico, ao constar-se que "a caza em que actualmente se trabalha a gravura não he mais própria para este exercício". (43)

Aparentemente o projecto prosseguia a sua marcha.

Sem que haja dúvida do funcionamento da casa da Gravura da Ajuda questionamo-nos sobre o destino da sua produção, quanto a nós, chave de questões fundamentais em todo este processo.

Infelizmente todas as chapas desta fase estão desaparecidas embora o seu destino esteja também relacionado com as "requisições" de Saint-Hillaire e do ministro do Brasil Drummond.

Ernesto Soares descreve apenas uma gravura produzida na Ajuda não referindo porém elementos para a sua localização.

No entanto é um documento fundamental que comprova exemplarmente a mecânica da produção artística dos estabelecimentos da Ajuda.

A referida gravura identifica o autor do desenho e o gravador, respectivamente Manoel Tavares da Fonseca e Manoel Aguillar, (um produto obtido a partir do trabalho articulado das Casa do Risco e da Gravura) constituindo uma prova evidente do desenvolvimento metódico do projecto de publicação de Vandelli.

Soares descreve deste modo o assunto da gravura, identificada com o título Simia Mormon: "Em uma paisagem campestre à esquerda da qual se vê uma árvore exótica está, em primeiro plano de lado, mas com a cabeça voltada para a frente de pé um macaco prêso por uma corrente a um toro de madeira". (44)

Atraves do exemplo da Simia Mormon ficamos também com a informação dos temas seleccionados para as gravuras, inofesivos do ponto de vista dos interesses do Estado e objectivamente enquadrados na área da divulgação científica. (45)

Esta selecção é-nos também confirmadas por um documento posterior da autoria de Brotero que referindo-se à acção dos desenhadores e gravadores dos estabelecimentos do Jardim Botânico da Ajuda revela que "forão occupados pelos meus dois antecessores em desenhar alguns novos animaes, e plantas uteis, raras e novas das Províncias Ultramarinas Nacionaes, e em gravar os seus desenhos; O Dr. Domingos Vandelli publicou alguns destes objectos com as suas descrições respectivas". (46)

Entretanto a agitação que dominava a Europa alastrava a Portugal os ventos de agitação que varriam a Europa contribuíam para o agravamento do clima de instabilidade vivido no País.

A passagem do século pronunciava uma sucessão de acontecimentos que marcariam o final do Antigo Regime em Portugal.

Este período determinaria a falência irreversível do projecto de Vandelli sobre a História Natural das Colónias.

Em 1807 a Família Real parte para o Brasil na sequência das invasões francesas.

Seguir-se-ão as "requisições" de produtos de História Natural do Museu da Ajuda feitas por S. Hillaire durante o Governo de Junot (1808).

A selecção feita por S. Hillaire terá simultaneamente liquidado a coerência das colecções da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira e contribuído para o agravamento do estado de saúde do próprio colector.

Em 1810 é a vez de Vandelli cair em desgraça acusado de colaboracionismo com os franceses durante a ocupação, enquanto subiam de tom os ataques de Brotero a Ferreira desejoso em tomar o seu lugar na Ajuda. (47)

Durante o período das guerras peninsulares os estabelecimentos da Ajuda devem ter sofrido uma redução drástica da sua actividade.

Alguns dos artistas foram mobilizados como é o caso de José Joaquim Freire, ou partiram com a corte para o Brasil.

Por Decreto de 2 de Janeiro de 1810 o orçamento mensal dos estabelecimentos da Ajuda era fixado em duzentos e setenta mil reis redução substancial relativamente aos 400 mil então em vigor.

Brotero no seu estilo caustico resumia a situação do Jardim Botânico nessa época:

"... Os empregados nestes serviços, tanto nos do Museu como nos do Jardim, são pobres e logo que não são pagos desertão, ou empregão o tempo a pedir esmola, como aconteceu no período da primeira invasão francesa em Lisboa, e por esse motivo então os dois estabelecimentos sofrerão grande decadência e chegarão quase ao ponto de ficar de todo arruinados." (48)

A documentação deste período referente aos estabelecimentos artísticos da Ajuda é muito escassa mas sabemos que o gravador Rivara partira para o Brasil em 1808.

Brotero comentando a situação referindo-se a Aguillar diz que "O abridor Aguillar depois que S. Magestade com sua real família se ausentou para o Brasil, trabalhou mais em objectos, de que o Visconde João Diogo o incumbia, do que nos pertencentes ao serviço da Casa da Gravura do Museu e Jardim; em razão disso por protecção do mesmo Visconde conseguiu ter em sua casa o tórculo, bala, mesa, estrados, pannos, e tudo mais, que era necessário para o uso da impressão." (49)

Ainda durante a ausência da corte no Brasil, Brotero chegara finalmente à direcção dos estabelecimentos da Ajuda.

A sua personalidade singular iria dar novos rumos ao primitivo projecto dando prioridade aos estudos botânicos o que de imediato transparece dos trabalhos realizados já sob a sua egide:

"Eu desde que comecei a servir na administração dos dois estabelecimentos tenho ocupado os ditos artistas nos trabalhos respectivos às plantas mais interessantes deste Reino, de que já publiquei o 1º tomo in follio com 82 estampas, e suas descrições debaixo do titulo de = *Phytographia Lusitania* = o qual foi impresso por ordem régia na Imprensa Nacional, e nella se vende em proveito da fazenda da Nação;

Os desenhadores trabalham actualmente nos desenhos respectivos h continuação desta obra, e o 2º Tomo já estivera publicado, se não tivera falecido o abridor Aguillar, e não estivera ausente o seu colega João Caetano Rivara, que agora ha pouco tornou a vir trabalhar na Casa da Gravura, a que pertencia." (50)

Mudada a direcção modificara-se naturalmente a ordem de prioridades nos trabalhos dos artistas agora orientados por Brotero. (51)

Brotero no mesmo documento, datado de 16 de Novembro de 1822, acrescenta ainda: "Tanto nesta casa [Gravura] como na de Desenho tem-se diminuido o número dos empregados o mais que he possível".

Este documento era a resposta de Brotero a uma portaria de Filipe Ferreira de Araujo e Castro que determinava a necessidade de regular a economia e a administração dos estabelecimentos da Ajuda.

A resposta, em jeito de relatório sobre o estado do Jardim Botânico da Ajuda, merece um interessante comentário de um jovem oficial do Ministério do Reino de apelido Garret datado de 21 de Novembro de 1822. (52)

Entre 1823 e 1824 a documentação dá-nos a continuidade das lutas que Brotero travou em defesa do Jardim Botânico da Ajuda.

Apesar de todo o seu empenho o sector artístico da Ajuda vai ser reduzido à expressão mais simples desde a fundação: apenas um desenhador no activo e o desaparecimento do Gravador (Rivara) das folhas de vencimento. (53)

Entretanto a corte regressara a Lisboa em 1820 e em 1822 o Brasil proclamava a sua independência.

Com Brotero a Botânica dominava na Ajuda.

Que espaço e oportunidade restavam, então, para o projecto primitivo de Vandelli (História Natural das Colónias) ou para o trabalho de Ferreira - que o próprio intitulava em 1795 "História Philosophica e Política das Capitanias do Pará, Rio Negro, Matto Groço e Cuiabá" (54) - entretanto, jh ambos falecidos?

O tempo oportuno havia já passado e o futuro encarregar-se-ia de consolidar essa imerecida fatalidade.

Um lugar de desenhador manter-se-ia no quadro do museu da Ajuda pelo menos até 1833 (55) expressão muito reduzida para se poder falar numa Casa do Risco.

A Academia das Ciências que sucederia, nos objectivos propostos ao Museu da Ajuda, previa no seu regulamento primitivo, datado de 1839, um lugar de desenhador, mas, há que reconhecer, o projecto pombalino de Vandelli

fracassara e as unidades de Belas-Artes ligadas ao Jardim botânico e Museu de História Natural da Ajuda perderam progressivamente a sua expressão inicial extinguindo-se naturalmente neste processo de "demissão" da publicação da História Natural das Colónias, ideia tornada obsoleta pela própria evolução dos acontecimentos políticos.

A sua produção, necessariamente volumosa, dispersou-se, sendo hoje difícil explicar a escassez dos testemunhos existentes perante o número de artistas envolvidos num significativo espaço de tempo (1780-1833).

Para justificar o malogro do projecto global, que incluiria necessariamente a publicação de alguns trabalhos de Alexandre Ferreira, podem-se obviamente apontar muitas causas mas que deverão sempre ponderar a evolução da conjuntura política e económico-social que determina profundas clivagens com o passado recente culminando com o advento da Monarquia Constitucional em Portugal com os necessários reflexos nas linhas de progressão nos campos da ciência e da cultura.

A não divulgação dos trabalhos parece-nos, neste quadro, mais um fatalismo ditado pelas circunstâncias do que uma estratégia intencional de controlo de determinado tipo de informações.

De resto, para os que defendem esta segunda interpretação haverá que chamar a atenção para a distinção evidente entre a informação á científica e a informação política.

No caso da produção gráfica da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira esta dualidade é facilmente detectável.

Poderíamos incluir na primeira categoria - informação científica - os "riscos" das áreas de antropologia, (fig.7) botânica e zoologia (fig.8) e alguns "prospectos" das cidades e vilas (fig.9 e 10) equanto colocaríamos na segunda - informação política - os respeitantes às fortalezas e presídios, (fig.11) às cartas geográficas, a determinadas actividades económicas nucleares como a exploração mineira, etc. (fig.12)

A partir desta classificação parece-nos ser evidente distinguir o publicável do confidencial, o que mais claro se tornaria se conhecessemos em pormenor o conjunto de placas de cobre abertas na Casa da Gravura adida ao Museu da Ajuda, porque, logicamente, o recurso à gravura pressupõe a intenção de divulgar.

Tendo a Coroa patrocinado a instalação, o equipamento e o trabalho dos artistas, com a função, por várias vezes textualmente referida em diplomas oficiais, de gravar os produtos de História Natural da viagem do Dr. Alexandre R. Ferreira, não faz sentido a existência de uma política de sigilo intencional que impedisse a publicação de obras de carácter científico, como seria fundamentalmente o projecto da História Natural das Colónias de Vandelli o qual afirma claramente ter sido esse o objectivo prioritário na sua fixação em Portugal (36)

Em nossa opinião a História Natural das Colónias de Vandelli foi inicial-

mente instituída no quadro de um regime inspirado pelo espírito das "Luzes", sendo por isso um projecto datado que era preciso concluir em tempo útil. O plano sobreviveu à "Viradeira" mas seria definitivamente ultrapassado na mudança do Regime.

Os seus principais protagonistas haviam falecido e o Brasil tornara-se independente.

O olhar de Portugal sobre a sua antiga Colónia ditaria um natural afastamento e o projecto só poderia renascer do outro lado do Atlântico.

Porque é que, então, o projecto não se concluiu no seu tempo?

Depois do largo folego pombalino, o projecto manteve-se mas, aparentemente, em perda de velocidade, sendo no último lustro do século XIX relegado para segundo plano.

Num período caracterizado por uma grande agitação internacional impuseram-se prioridades, que desviaram a atenção do Estado noutras direcções.

Os melhores desenhadores da Casa do Risco afastaram-se das suas missões iniciais e foram empregues na execução de cartas geográficas.

Alexandre Rodrigues Ferreira deixou de receber o seu vencimento relativo à História Natural do Pará, para ser investido em funções de carácter administrativo.

Sobrecarregado pelos problemas burocráticos da Ajuda, procurou acumular funções não abandonando totalmente as suas tarefas científicas e a missão específica para a qual havia sido destacado.

As dificuldades consequentes de uma deficiente organização são detectáveis. Mau acondicionamento dos materiais enviados nas suas remessas do Brasil, dificuldades de instalações - em 1795, três anos após a sua chegada, grande parte das produções estavam "ainda fexadas em caixotes, como vierão. (57)" - , etc.

Transparecem, também, dúvidas sobre a coincidência dos projectos científicos de Vandelli e de Ferreira:

"História Natural das Colónias" ou "História Filosófica e Política das Capitanias do Pará, Rio Negro e Matto Groço e Cuiabá" que Ferreira dizia em 1795 "estar continuando a escrever"? (58)

O ponto final do processo foi dado no período das invasões francesas pelo assalto às colecções feito por St. Hillaire. Tal como outros projectos grandiosos do final do século, de que é exemplo paradigmático o Palácio Real da Ajuda nunca concluído, o trabalho dos naturalistas foi interrompido, perdendo definitivamente o tempo oportuno para a sua realização.

Brotero em 16 de Novembro de 1822 referindo-se ao período da instituição do projecto da Ajuda recordava-o de forma elucidativa:

"..." Foi durante o Governo deste Rey (D. José I) que se fizeram todos os edificios dos dois Estabelecimentos (Jardim Botânico e Museu), sendo as suas despezas feitas com grande profusão pelo Real Erário então assaz rico." (59)

Podemos sentir na franqueza habitual de Botero a nostalgia de como era, então, recordado o passado recente.

Os trabalhos de Alexandre Rodrigues Ferreira ficaram por publicar, mas o mérito e a importância das recolhas efectuadas ao longo dos nove anos da viagem filosófica pelo Brasil renascem hoje, constituindo as suas colecções, infelizmente dispersas, objecto do entusiasmo dos actuais investigadores e do reconhecimento unânime dos mais diversos sectores da comunidade científica.

Notas remissivas

(1) Henrique Ferreira Lima "Joaquim Machado de Castro-escultor conimbricense", 2ª edição, Instituto de História de Arte, Universidade de Coimbra, 1989, Pág. 197

(2) Sobre o desenvolvimento destas questões e respectivas bibliografias e de outros aspectos relacionados com o presente estudo vejam-se também os nossos trabalhos, "Mato Grosso no século XVIII: Esboço dos primeiros tempos do povoamento através dos desenhos da viagem filosófica do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira e outros testemunhos gráficos" comunicação apresentada nas Jornadas Luso-brasileira de História de Arte, Instituto de História, Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Outubro de 1990 (em publicação) e "O desenho em viagem" in "Oceanos", n.º 9, CNCDP, Lisboa, Janeiro de 1992.

(3) Sobre a acção de Vandelli em Portugal veja-se genericamente: Rómulo de Carvalho "A História natural em Portugal no século XVIII" ICLP, Lisboa 1987 e William Simon "Scientific expeditions in the portuguese overseas territories (1783-1808), IICT, Lisboa, 1983.

(4) A.N.T.T., Ministério do Reino, Maço 444, "Relação da origem e estado presente do Real Jardim Botânico, Laboratório Chymico, Museu de História Natural e Caza do Risco" referido em Rómulo de Carvalho, op.cit.

Este documento é uma fonte fundamental para o estudo presente e a sua riqueza informativa merece que nos detenhamos na fixação da sua cronologia aproximada:

A "Relação ..." de Vandelli refere-se ao Dr. Alexandre Ferreira como Administrador do Jardim, Laboratório, Museu, e da Caza do Risco e Official da Secretaria do Ultramar.

Sabemos que Alexandre Rodrigues Ferreira foi nomeado para o primeiro cargo pela Rainha D. Maria I em 15 de Junho de 1795. (Veja-se, por exemplo, o documento CXXXIX publicado por Pires de Lima, op. cit. pág. 422).

Noutro passo da dita "Relação..." Vandelli recomenda que Alexandre Ferreira

deveria ser dispensado do exercício da Secretaria de Estado, o que de facto veio a acontecer por despacho do Príncipe Regente D. João com data de 3 de Julho de 1795, (Pires de Lima, op. cit., Doc. CXL, pág. 422).

Esta documentação permite-nos fixar, com segurança, entre 15 de Junho e 3 de Julho de 1795, a datação da "Relação..." de Vandelli.

(5) Referir-se-à Vandelli à "Guerra dos 7 anos", ou ao conflito Anglo-Espanhol de 1779-1783? Inclinamo-nos mais para a segunda hipótese pois nesse caso a "coleção de riscos de plantas do Perú e Chyle" corresponderia à Expedição botânica de Ruyz y Pavon (1777-1787).

Destes "riscos" e referidas cópias não localizámos qualquer notícia.

Sobre os desenhos desta viagem conservados em Madrid veja-se o trabalho de Carmen Sottos Serrano "Debujos ineditos de fauna peruana eu el Real Jardim Botânica de Madrid" com valiosa bibliografia complementar.

Sobre a mesma expedição botânica e o desaparecimento de parte substancial do seu espólio no naufrágio do navio espanhol S. Pedro de Alcantera em 1786 na costa de Peniche veja-se Jean Yves Blot "Uma rota marítima na encruzilhada dos interesses da Europa do século XVIII..."

Separata n.º 2, Série Arqueológica, Vol. I.º, Museu do Mar, C.M. Cascais, 1984.

(6) Nomeadamente a inclusa nos processos individuais existentes no Arquivo Histórico Militar, de José Joaquim Freire e Manoel Tavares da Fonseca que coincidentemente apontam a data de 1780 para o início da sua actividade no Jardim Botânico da Ajuda como desenhadores de História Natural.

(7) Cyrillo Volkmar Machado "Coleção de Memórias..." Imprensa da Universidade, Coimbra 1822, pág. 223.

(8) Academia das Ciências de Lisboa, Série vermelha, manuscrito 405. Conforme refere Rómulo (op. cit. pág. 118, nota 102) o documento não é original, mas sim uma cópia de 1796 assinada por Vicente Salgado padre franciscano, o que nos permite supor que a "Dissertação" circulou manuscrita ao tempo de Vandelli.

(9) A.C.L. Reservados 57.7 (20) "Breves instruções aos Correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos, e notícias pertencentes à História da Natureza, para formar um Museu Nacional", Lisboa, 1781.

(10) Carmen Serrano op. cit. pág. 160.

"Se les dará por los Botánicos un modelo de grandor a que han de arreglar los Dibujos, para que siendo uniformes y adecuada su magnitud, se escuse a

la buelta el travajo, y gasto de reduccions, para abrir las laminas correspondientes a la forma que se haya de dar a la obra que se publique”.

(11)Publicada por W. Simon, op. cit. pág. 158.

(12)W. Simon op. cit. pág. 110.

(13)Idem, pág. 158.

(14)Museu Bocage de Lisboa Arquivo Histórico Res. 1

(15)Segundo notícia não documentada de Simon, op. cit pág. 79.

Da nota 3 pode pressupôr-se que essas aguarelas poderão ter sido destruidas pelo Incêndio da Faculdade de Ciências em 1978.

(16)Veja-se o documento publicado por Américo Pires de Lima "O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, A.G.U., 1953, pág. 105, uma folha de pagamentos onde é possível reconstituir as equipas e os respectivos desenhadores: Expedição do Pará: Joaquim José Codina e José Joaquim Freire ambos riscadores; Moçambique: António Gomes, Riscador; Angola: Angelo Donati "Naturalista, e Riscador" e José António, Riscador.

Destes cinco apenas um regressaria com vida o que atesta bem as dificuldades e as condições a que teriam de desenvolver o seu trabalho.

Os apelos dos chefes das missões a Angola e Moçambique sobre a falta de "riscadores" diz bem a inoperância de que padecia na prática o conceito do "naturalista-artista" que Vandelli defendia na sua "Dissertação" embora não fosse de todo utópico pois são conhecidos exemplos contemporâneos bem sucedidos como o do norte-americano William Bartram.

(17)"Rol dos Instrumentos, Drogas, e mais utensílios pertencentes a História Natural, Physica, e Chimica, que são indispensáveis a hum Naturalista, que viaja".

No capitulo referente a livros e cartas geográficas do país. Publicado por W. Simon, op. cit. pág. 133-137.

(18)Rômulo de Carvalho, op. cit. pág. 89.

(19)Veja-se supra nota 16.

(20)O outro desenhador em actividade seria José Joaquim da Silva que num documento assinado por Alexandre Rodrigues Ferreira datado de 1795 se referia encontrar-se ao serviço há vinte e um anos. A.N.T.T., Ministério do

(21) O corpo de desenhadores da Casa do Risco do Museu da Ajuda era constituído pelo referido José Joaquim da Silva e pelos "arsenalistas" Vicente Jorge Seixas, António Manuel dos Santos e Manuel Tavares da Fonseca (para além dos discípulos).

Este último merece uma referência biográfica mais detalhada, que desenvolvemos a partir da documentação do seu processo individual existente no Arquivo Histórico Militar, Caixa n.º 672.

A documentação reunida inclui, entre outros testemunhos, a sua nomeação para 2.º tenente, sancionada pela Rainha D. Maria I colocando-o sob as ordens do director geral dos desenhadores da Sociedade Real Marítima; a promoção a Capitão, o por despacho do Príncipe Regente D. João I a sua folha de serviço no Arquivo Militar; um requerimento apresentado pela viúva, onde se narra a sua carreira profissional e o documento comprovativo do anterior passado pelo Comandante do Real Corpo de Engenheiros.

Segundo o citado requerimento apresentado pela viúva, Manuel Tavares da Fonseca "... foi empregado em Dezenhador dos Productos de História Natural no Real Jardim Botânico", ali prosseguindo "até ao anno de 1796, em que pelos seus conhecimentos, e exercício que ali tinha tido em algumas cópias de Cartas Topográficas, principalmente da Guyana Francesa foi ele, e outro companheiro [Freire] encarregados de organizarem, a primeira carta geral de todo o Brasil: debaixo da direcção, e pontos de Longitude e Latitude, dados pelos Douctores António Pires da S.ª Pontes, e Francisco António Ciera, em vista demais de setenta cartas de diferentes Escallas, e porções parciais daquelle vasto Império, a primeira que appareceu, e a única que ainda hoje há, daquelle novo Mundo".

Por esse desempenho foi então nomeado 2.º tenente da Armada Real, ficando, a partir de Junho de 1798, sob as ordens do director geral dos desenhadores da Sociedade Real de Marinha criada nesse mesmo ano "servindo sempre nos trabalhos de desenhos topográficos que lhe eram remettidos directamente do gabinete particular de Sua Magestade Imperial e Real".

Adido ao Real Corpo de Engenheiros da Armada entra em 1808, passada a "evacuação do Exército Francez", ao serviço do Arquivo Militar, sendo promovido a Capitão em 1811, e a desenhador de 1.ª classe em 1815, situação em que se manterá até 1825, ano da sua morte, com uma breve passagem pela Casa Pia como 2.º Director entre 1 de Setembro de 1822 e 17 de Agosto de 1823, tendo retomado a sua actividade no Arquivo Militar, vindo a falecer em Lisboa a 28 de Setembro de 1825. (contribuição da Dr.ª Ana Clara de Sousa actualmente trabalhando sobre a Sociedade Real Marítima).

Manoel Tavares foi um dos mais notáveis artistas da Casa do Risco da Ajuda, conservando-se hoje um conjunto de aguarelas que atestam as suas

qualidades que motivaram repetidas recomendações dos seus superiores defendendo o aumento dos seus salários (Veja-se por exemplo a citada "Relação..." de Vandelli).

Para além da notícia de que numerosos "Riscos" existentes num acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro se encontrarem identificados com a sua assinatura, outros, ainda inéditos existem no Museu Bocage de Lisboa dos quais seleccionámos um desenho (fig. 13 e seguintes) de características alegóricas incluindo no volume intitulado *Riscos Dealguns Mammaes, Aves e Vermes do Real Museo de Nossa Senhora d'Ajuda...* em que Tavares parece procurar sintetizar num único "risco" as várias tarefas do naturalista, e onde se pode observar um desenhador em plena acção.

(22)Vejam-se supra notas 9 e 10.

(23)"..." Nesta Casa agora se riscão as plantas e animaes, que racolheo o Dr. Alexandre nas suas viagens do Brazil".

(24)Em carta enviada de Barcelos a 4 de Maio de 1787 Alexandre Rodrigues Ferreira elucida-nos sobre as cópias a efectuar na Ajuda:

"A Memória sobre a Marinha leva appensas as 10 estampas, que desenhou o Desenhador Joachim Joseph Codina, as quais, para se não perdêrem tão exactos Desenhos, sendo V. Ex.^a assim servido, dignar-se há ordenar a Julio Matiazzi, que as faça cópiar; visto que a mim de nenhum desenho até agora fica alguma cópia; de sorte, que desaparecido que seja o original, não haverá copia p.^a o recuperar".

Documento publicado por Américo Pires de Lima op. cit. pág. 67.

Sabemos assim que Ferreira não mantinha consigo qualquer cópia dos desenhos realizados.

Noutro documento, da mesma colectânea, (Doc. XI, Pará 8 de Fevereiro de 1784, op. cit., pág. 119) sabemos, porém, que eram efectuadas cópias no próprio terreno por ordem das autoridades locais, como facilmente se deduz da exposição enviada por Ferreira sobre o planeamento dos trabalhos da equipa sob a sua direcção:

"..." Fica o Riscador Freire com os dois desenhos da perspectiva do Cametá, hum que heide remetter por officio da minha commissão, e outro que mandou desenhar o Snr. General: da mesma sorte fica tirando a perspectiva de Palácio o Riscador Codina, devendo apresentar 3 cópias, duas que mandou tirar o Snr. General e huma que he da minha repartição"..."

Este acervo de mais difícil localização, hoje certamente disperso por colecções particulares e pelos herdeiros dos altos funcionários do período colonial, constitui uma outra pista a explorar para a reconstituição do legado gráfico da viagem do Dr. Alexandre R. Ferreira.

(25)Veja-se nota anterior.

(26)Veja-se sobretudo o 2º volume de originais do Museu Bocage de Lisboa "Prospectos..." De resto, como já apontámos em trabalhos anteriores (Veja-se supra nota 2), o recurso à imaginação é um dos factores que permite uma fácil distinção entre as aguarelas realizadas no terreno e as cópias posteriormente feitas na Casa do Risco da Ajuda.

Em certos casos, porém os desenhadores tomavam providências, anotando sumariamente as cores naturais dos objectos na eventualidade de poderem concluir mais tarde os seus registos, uma solução, no entanto, apenas utilizada em ultimo recurso, e que embora conhecida de outras experiências não encontramos referências objectivas no caso da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira.

(27)Angela Domingues "Olhares sobre o Brasil nos séculos XVII e XVIII: os pintores holandeses e portugueses" in "nas vésperas do Mundo Moderno: Africa e Brasil" catálogo referente ao Brasil, pág. 83.

(28)Edgar Cerqueira Falcão "Breve Notícia sobre a Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), estudo introdutório à edição Volume I de Desenhos originais da Viagem Filosófica às Capitanias de Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, Gráficos Brunner, S. Paulo, MCMLXX.

(29)De facto segundo a notícia de Falcão a legenda do frontespício do volume de originais na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro "Prospectos de Cidades, Villas, Povoações, Fortalezas, Edifícios, Rios e Cachoeiras da Expedição, Philosophica do Pará, Rio Negro, Matto Grosso e Cuiabá. Originais. Volume 1º" coincide exactamente com a de um dos volumes do Museu Bocage de Lisboa com a única diferença do exemplar de originais conservados em Portugal ser apresentado como "Volume 2º".

Pelas cronologias e conteúdos respectivos os dois volumes complementam-se o que nos leva a acreditar que estamos perante uma sequência com coerência só quebrada pelas peripecias da dispersão dos trabalhos da viagem filosófica.

A outra página de rosto dos volumes do Rio de Janeiro a que tivemos acesso refere claramente a sua origem:

"Desenhos... Copiados no Real Jardim Botânico" misturando as legendas dos dois volumes de originais do Museu Bocage de Lisboa.

(30)Veja-se supra nota 23.

(31)A.N.T.T., Ministério do Reino, Maço 444, Documento da autoria do

próprio Alexandre Rodrigues Ferreira em que se fazia a análise da situação do Jardim Botânico da Ajuda e da sua polémica condição de administrador.

(32) Documento existente no arquivo histórico do Museu Bocage.

Julio Jesus publicou a referida folha de pagamentos anexa ao documento no artigo "De alguns artistas do Real Museu da Ajuda" in *O Instituto*, Volume 78.

(33) Numa súplica apresentada pelos dois desenhadores pode deduzir-se que imediatamente após a chegada de Freire do Brasil teriam sido recrutados para o desenho de mapas, tarefa que se revestia frequentemente de cerrado segredo, pelo que eram esquecidos pelos seus superiores hierárquicos da Armada das justas promoções, razão do documento.

"Depois que com a dicta expedição se recolheu athe esta Capital foi logo etem sido ambos elles empregados, em Copiar, Reduzir, e por em limpo ser-tas porçoems de terreno, particularmente da Cayena Francesa, Hollandeza e Hespanhola..." A.H.M., Processo individual de José Joaquim Freire.

Veja-se também supra nota 21.

Freire regressara do Brasil em 1792. Acrescente-se que em toda documentação posterior a sua chegada, e referindo-se a sua actividade à época, não existe uma única referência ao seu emprego como desenhador de História Natural.

As notícias sobre a sua actividade como desenhador de Mapas, bem como de Tavares, são múltiplas e a obra vasta neste domínio.

Veja-se a este respeito Sousa Viterbo, *Expedições científico-militares enviadas ao Brasil*, Lisboa, 1962, págs. 150 a 152.

Recentemente encontraram-se expostas algumas cartas desenhadas pela equipa Freire/Tavares, património do Instituto Geográfico Cadastral.

Veja-se catálogo da exposição "Cartografia Portuguesa - do Marquês de Pombal a Filipe Folque 1750-1900" Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa Setembro/Outubro de 1982, números 103 a 106.

(34) Museu Bocage de Lisboa, Arquivo Histórico, CN/C.87.

(35) Vandelli "Relação" cit.

(36) Ernesto Soares "História da gravura artística em Portugal: os artistas e as obras, Lisboa, 1940/41, Vol. 1º, pág. 51.

"...Cêrca de 1796 voltou Aguilar a Portugal ingressando então no Real Museu e Jardim Botânico,..." presionado com 480\$00 réis para gravar objectos de História Natural e Costumes da Asia".

(37) José Silvestre Ribeiro "História dos Estabelecimentos Scientificos

Litterários e Artísticos de Portugal...”, Tomo III, pág. 345.

(38)Julio Jesus, op. cit. pág. 82. Sublinhados nossos.

(39)Biblioteca Nacional de Lisboa Reservados, Caixa 31, documento 41.

(40)A.N.T.T. Ministério do Reino, Maço 444, submaço 1802.

No mesmo decreto em que é instituída a Escola de Gravura da Imprensa Régia entregue a Bartolozzi.

(41)M.B.-CN/V-43. Este documento elucida-nos relativamente ao espírito da Casa de Gravura que se desenvolvia na Ajuda, cumprindo as intenções já expressas no decreto que nomeia Aguillar onde uma das suas funções seria a de “formar juntamente discípulos hábeis”. (Veja-se supra nota 38)

Esta comprovada função formativa da Casa da Gravura do Jardim Botânico da Ajuda, contradiz as ideias defendidas por Ernesto Soares (op. cit. pág. 513) em que referindo-se a Aguillar afirma que “o pomposo titulo de professor de Gravura deste estabelecimento [Ajuda] é perfeitamente descabido. Nem das folhas de vencimento onde sempre se menciona os artistas que trabalhavam no Jardim, consta que aí tivesse havido discípulos para poder haver mestre”.

(42)M.B. CN/V-45. Cartas do Visconde da Anadia datada de 11 de Maio de 1804.

(43)M.B. CN/C. 108 e 108 a). Carta do Conde Vila Verde para Domingues Vandelli.

(44)Ernesto Soares op. cit. pág. 54.

Segundo o autor a gravura tem as seguintes inscrições, “M. Tavares da Fonseca delint, - Em o Real Jardim Botânico - Aguilar sculp.t.”

Ernesto Soares acrescenta depois ainda o seguinte comentário:

“Esta estampa gravada a talhe doce é, além da perfeição técnica, um valioso documento, e a única conhecida das abertas no Jardim Botânico; muitas outras como já tivêmos ocasião de dizer devem existir, mas têm-nos fugido a todas as pesquisas”.

(45)Ernesto Soares (op. cit. pág. 52) descreve ainda uma outra gravura de sabor alegórico que regista a inscrição “Real Museu e Jardim Botânico” e que seria interessante analisar em detalhe pois pode eventualmente tratar-se de um ensaio do frontespício destinado à publicação da História Natural das Colónias.

(46)A.N.T.T. Ministério do Reino, Maço 444.

Exposição enviada por Brotero a Filipe Ferreira Araújo e Castro a 16 de Novembro de 1822.

Sobre as publicações a que se refere Brotero não nos foi possível localizá-las. No caso da produção gráfica existem alguns acervos arquivísticos que necessitam de uma pesquisa atenta como é o caso do Arquivo Histórico da Imprensa Nacional/Casa da Moeda onde, por indicação da Dr.^a Ortigão Ramos, registámos algumas gravuras de temas botânicos e zoológicos que poderão ter pertencido ao espólio do Jardim Botânico. O facto do referido arquivo ter encerrado para obras não nos permitiu aprofundar de momento a pesquisa.

(47) Sobre o período final da vida de Alexandre Ferreira e as ambições de Brotero veja-se W. Simon, op. cit. pág. 50 e seguintes.

(48) Doc. cit. supra nota 46.

(49) B.N. Reservados, Cx31, n.º 41 documento n.º 2. Também citado em Ernesto Soares op. cit. pág. 50.

(50) Doc. cit. supra nota 46. Desta informação se infere que no período intermédio entre a morte de Aguillar (1816-1817) e o regresso de Rivara (1822) a Casa da Gravura da Ajuda não funcionou.

(51) Na secção de Iconografia da Biblioteca Nacional de Lisboa existem duas gravuras de motivo botânico deste período (B.N.L. E. 1650-52 V.) com a particularidade de apresentarem comentários manuscritos pelo próprio Brotero: "Aprovada, fazendo humas leves emendas, que lhe disse" (B.N. E. 1650 V.); "Aprovada" (B.N. E. 1652 V.).

Brotero examinava atentamente o trabalho dos artistas e naturalmente que só depois de expressa a sua aprovação as gravuras seguiriam para a impressão.

(52) A.N.T.T. Ministério do Reino, Maço 444, submaço 1821-22.

Pela cronologia coincide com a breve passagem de Almeida Garrett pelo Ministério do Reino onde se empregou após ter concluído a sua formação universitária.

Deverá certamente tratar-se de um documento de um período pouco conhecido do jovem Garrett, provavelmente inédito, onde resume os pontos principais do extenso documento de Brotero a que anteriormente nos referimos (nota 46) precedendo-o do sugestivo comentário:

"As providências pedidas por este sábio, podem classificar-se em duas espécies para melhor inteligência - 1.ª Economia e administração do Jardim e Museu. 2.ª melhoramento desta instituição a:ruinada".

Esta troca de correspondência retrata bem o momento difícil por que passavam o Jardim Botânico da Ajuda sendo a par da "Relação..." de Vandelli

outro núcleo fundamental para a História daqueles estabelecimentos.

(53)A.N.T.T. Ministério do Reino, Maço 444.

No projecto de uma nova folha de pagamentos para os empregados no Museu e Jardim Botânico sob o lema da "redução que se poderá fazer" apenas um desenhador é previsto no quadro acrescentando-se o elucidativo comentário: "Havia 3 (desenhadores), reduz-se a um que he quanto baste".

Os dois desenhadores dispensados seriam aposentados com uma pensão de 460 réis. (Vicente Jorge Seixas e Antônio José dos Santos).

Mas mesmo austero este orçamento apenas seria aprovado, excluído o ordenado do gravador Rivara.

(54)A.N.T.T. Ministério do Reino, Maço 444.

Num extenso documento enviado de Alcolena por Alexandre Rodrigues Ferreira ao Mordomo-Mor do Reino em 16 de Julho de 1795, o naturalista manifesta que "visto elle estar continuando a escrever a História Philosophica e Política das Capitanias do Pará, Rio Negro e Matto Groço e Cuiabá, pela qual se lhe consignou o Ordenado de 400\$000 reis por anno quando passou a examinar aquelles Capitanias:

Continuasse também S. Magestade a mandar pagar-lhe o referido Ordenado que nunca mais se lhe pagou desde que chegou a esta Corte"...

(55)A.N.T.T. Ministério do Reino, Maço 444.

Em documento datado de Junho de 1833, pela vacatura do lugar por morte do único desenhador em actividade no Museu da Ajuda, Manuel Antônio da Silva, é proposto para o cargo Manuel da Conceição, "discipulo de Fushini com 14 anos de exercício e prática na Arte de pintor de figura no Real Palácio da Ajuda".

Foi o último documento que localizámos referente aos desenhadores do Museu da Ajuda.

(56)Vandelli na sua "Relação..." refere repetidamente essa prioridade:

"...Este Museo teve considerável augmento pelo cuidado, e zelo do sobredito Ministro, e principalmente como que remetterao os quatro Naturalistas meus Discípulos, que por este effeito de enriquecer o Museo e fazer em consequência a História Natural das Colónias, Sua Magestade mandou nellas viajar".

Mais objectivo é o passo seguinte:

"...O que me parece a este Jardim e seus anexos estabelecimentos, porque se conservem, e augmentem concludo-se a História Natural das Colónias pelo qual principal fim o Snr. Rei D. José deo principio a esta grandiosa Obra, e com immensas despesas continuou S. Magestade "...", ou mais adiante "Não sendo este hum simples Jardim Botânico; mas tendo anexo um copioso e

rico Museo, e devendo-se nelle fazer a História Natural das Colônias, não he de admirar, que nelle annualmente se gaste doze mil cruzados” ou ainda o já citado passo relativo à Casa do risco:

”Completados que seião todos os Riscos dos novos gêneros, e novas espâcies de plantas e de animaes e experimentando-se os mesmos Designadores a abrir em cobre, abrirão em chapas todos os sobreditos riscos p’ unir-se a História Natural das Colônias, no caso, que S. Magestade por gloria do seu Reinado, utilidade publica, e augmento da História Natural, resolva, que esta História se imprima”.

Quatro referências no mesmo documento diz-nos bem da prioridade do projecto em questão.

(57) “Relação...” de Domingues Vandelli.

(58) Doc. cit. supra, nota 54.

(59) Doc. cit. supra, nota 46

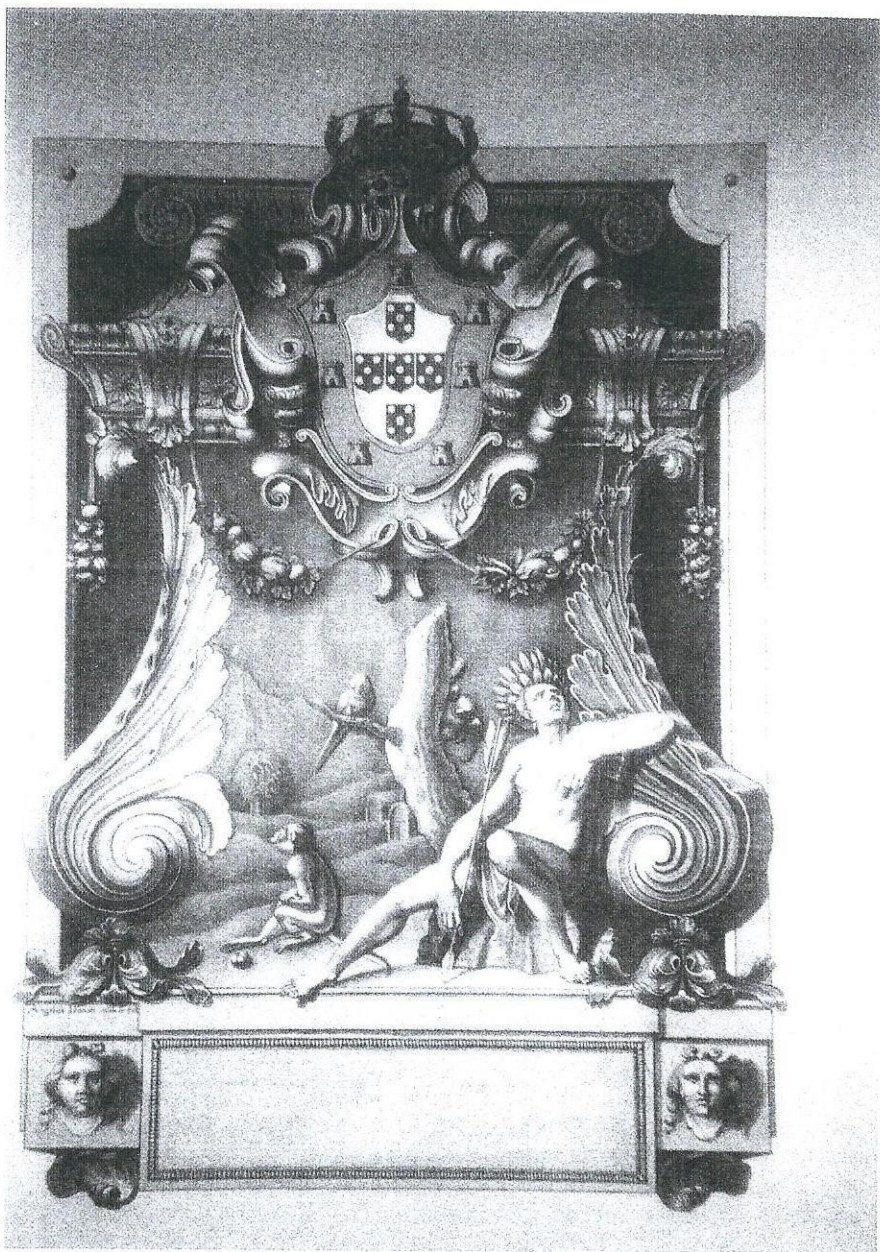


Fig. 1 - Desenho aguarelado assinado Angelus Donati.
Pelo sabor alegórico, onde são evidentes as alusões algumas áreas de estudo dos naturalistas - Antropologia, Zoologia, Botânica... - permite-nos estabelecer a suposição de estarmos perante um ensaio de frontispício para a História Natural das Colónias.
Arquivo Histórico do Museu Bocage de Lisboa

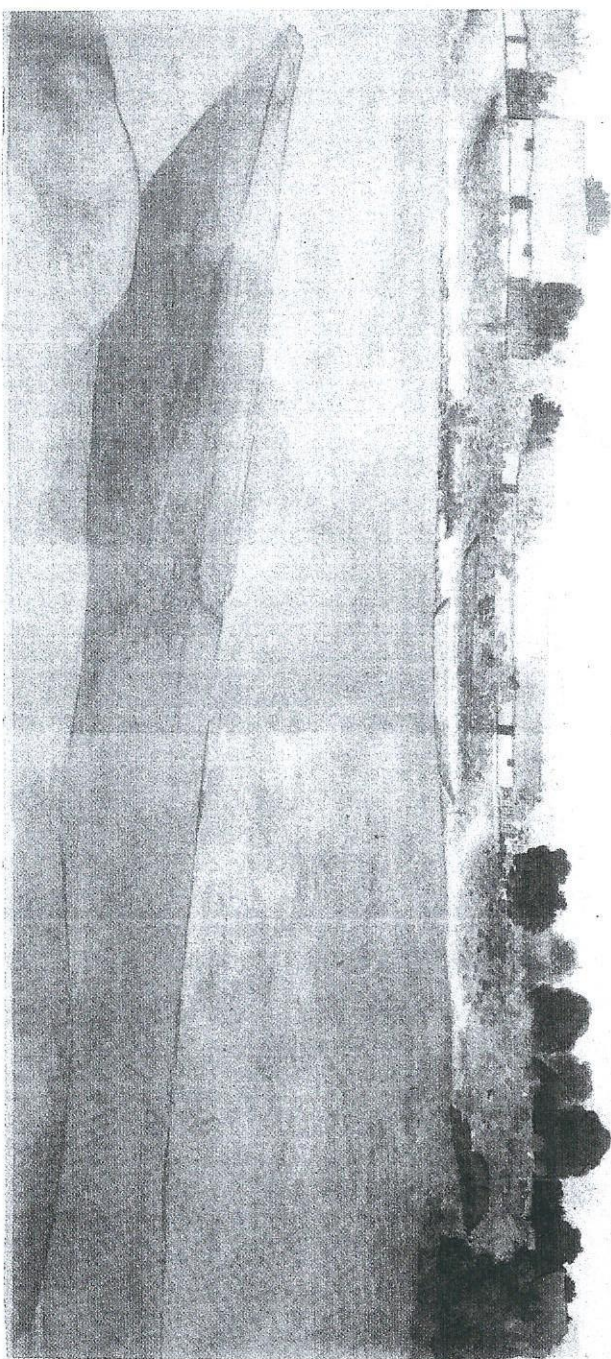


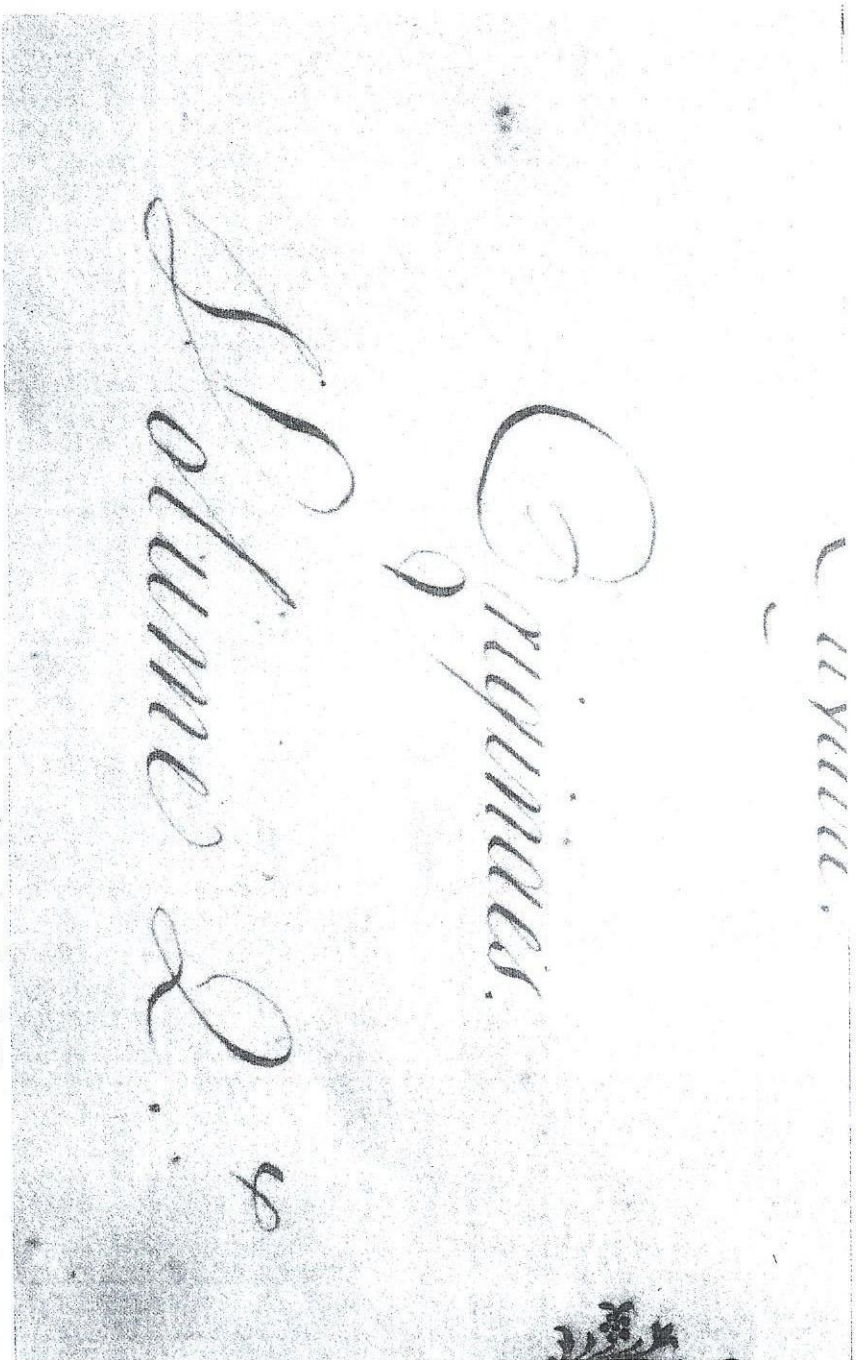
Fig. 2 - Desenho aguarelado do Volume 2º dos Originais da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Museu Bocage de Lisboa. Não assinado (Joaquim Codina ?). * Em 23 de Agosto de 1790*.



Fig. 3 e 4 - O "realismo" do original (fig. 3, Freire, 17 de Abril de 1787/Museu Bocage de Lisboa) contrasta com a composição mais elaborada da cópia (fig. 4/B.N. do Rio de Janeiro) onde não falta em fundo a habitual paisagem imaginária.



Fig. 5 - Pormenor do frontispício do Volume 2.º dos desenhos da Viagem Filosófica de Alexandre R. Ferreira do Museu Bocage de Lisboa.



Opuntias
No Real Jardim Botânico.
Em 2 Volumes.

Fig. 6 - Pormenor do frontispício de um dos volumes da B.N. do Rio de Janeiro.



Fig. 7 - "Chefe do Gentio Aycurú, habitante do Rio Paraguay" não assinado, sem data.

Museu Bocage de Lisboa. Volume 1º Originais da Viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira.



Fig. 8 - Desenho aguarelado de José Joaquim Freire. Tem a particularidade rara de identificar no mesmo "risco" as espécies zoológica e botânica. Museu Bocage de Lisboa, Volume 1º Viagem de Alexandre R. Ferreira.

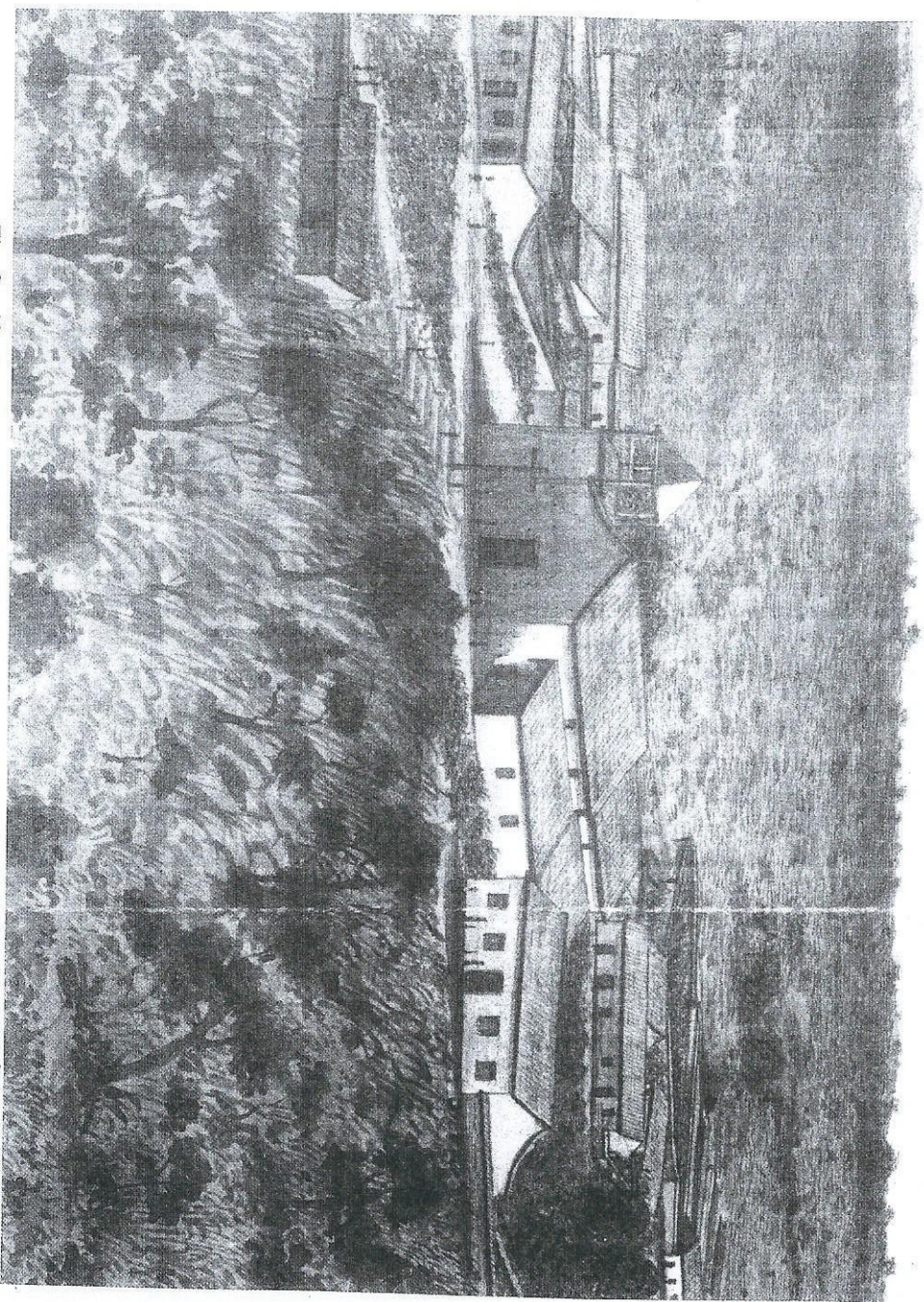
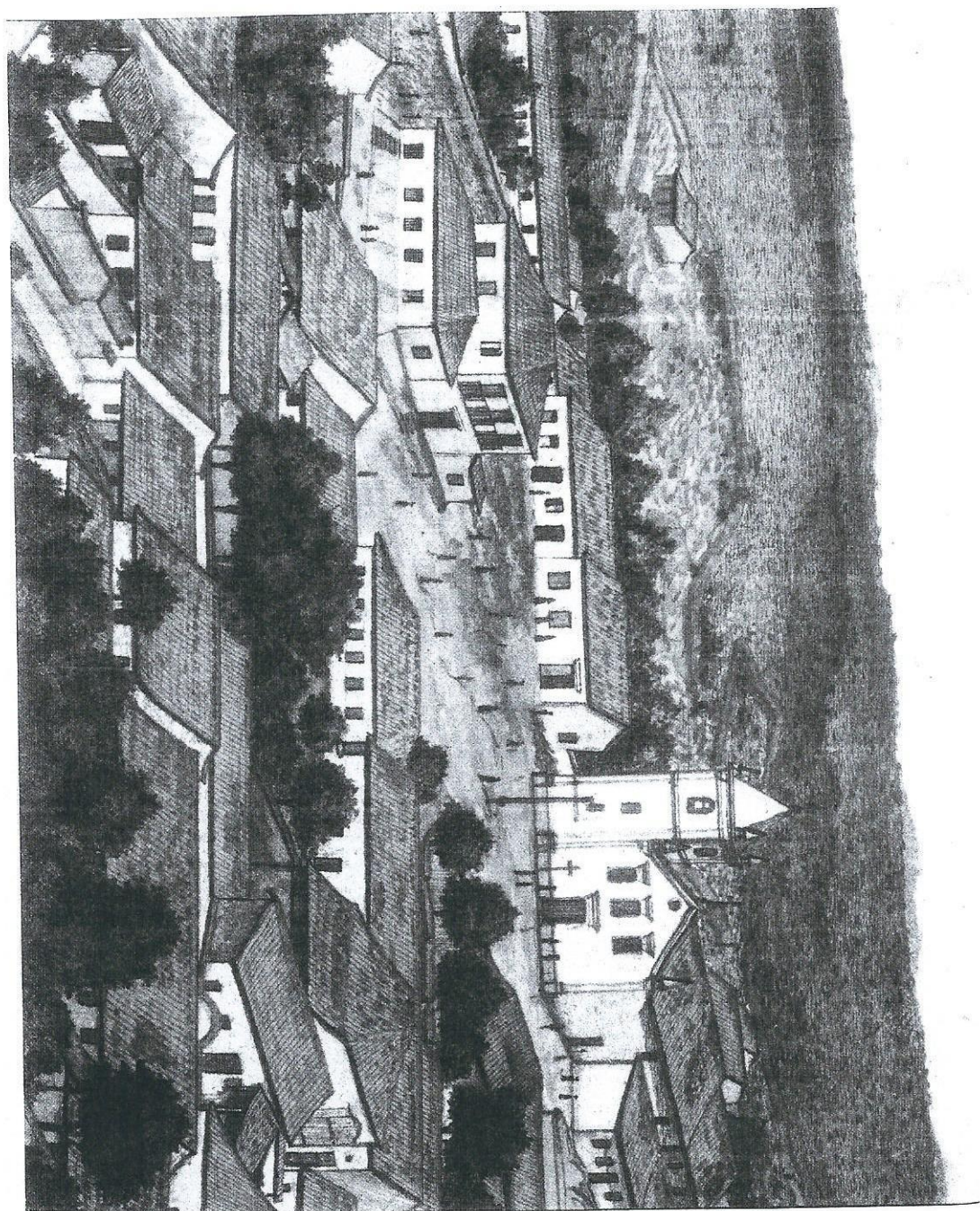


Fig. 9 e 10 - Pormenores do "Prospecto" de Cuiabá, o exemplar de maiores dimensões dos dois volumes de originais do Museu Bocage de Lisboa (116 x 21cm), sem autor; sem data.
Volume 2ª Viagem de Alexandre R. Ferreira.



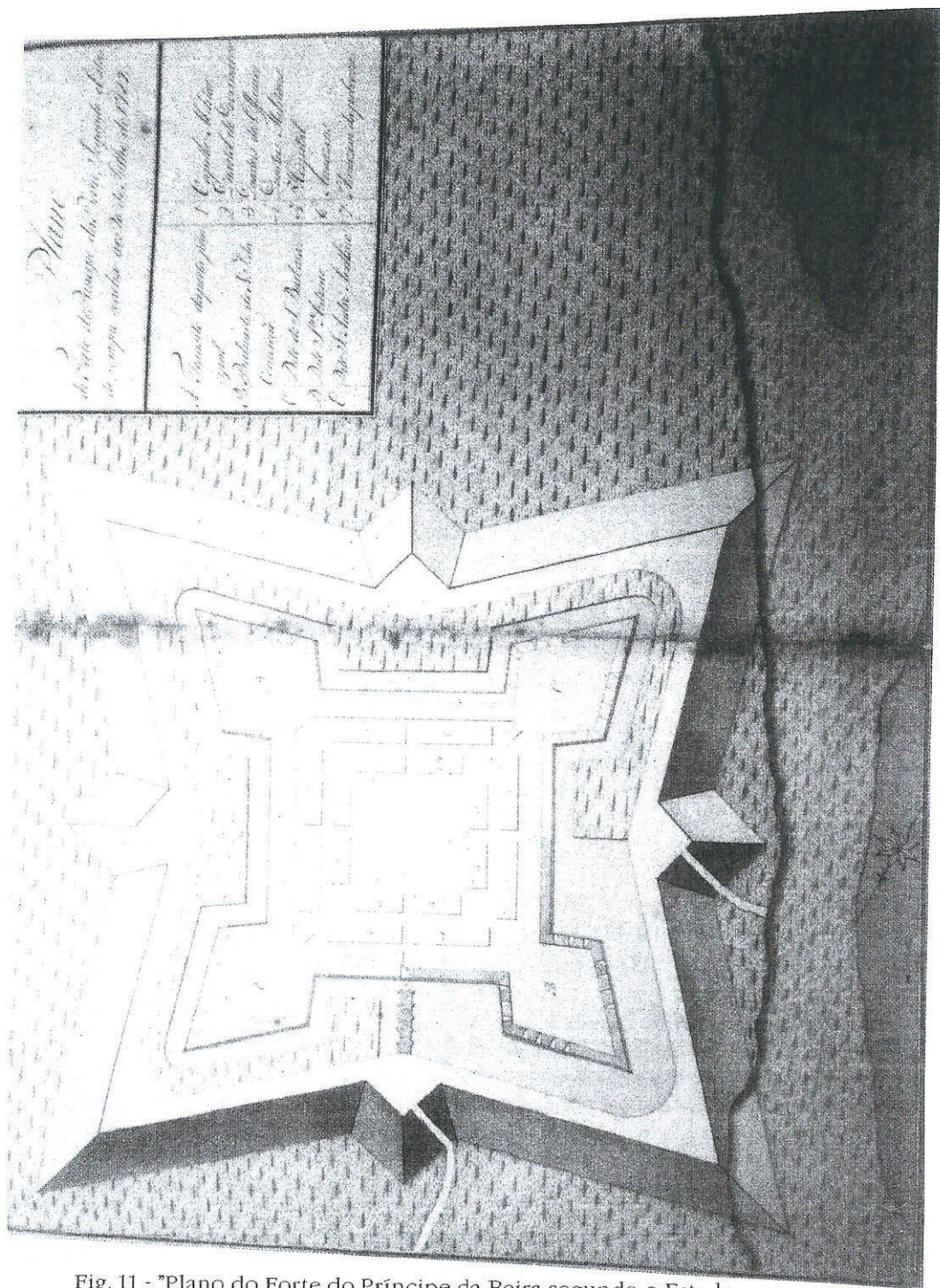


Fig. 11 - "Plano do Forte do Príncipe da Beira segundo o Estado em que se acha aos 20 de Julho de 1789". Não assinado.
Museu Bocage de Lisboa, Volume 1º Viagem de Alexandre R. Ferreira.

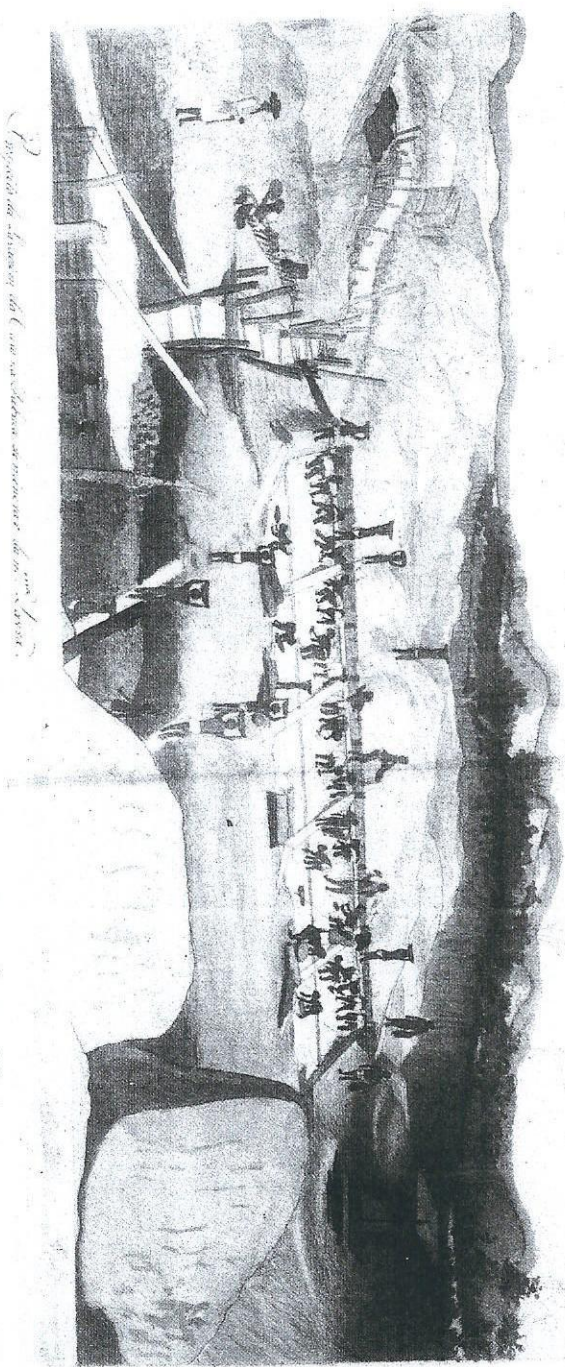


Fig. 12 - Desenho inacabado de uma "Lavra de Ouro" no Mato Grosso. Não assinado. Sem data.
Museu Bocage de Lisboa, Volume 2, Viagem de Alexandre R. Ferreira.



Fig. 13 - Desenho de Manuel Tavares da Fonseca. Museu Bocage de Lisboa, Volume Riscos de Alguns Mammaes..."

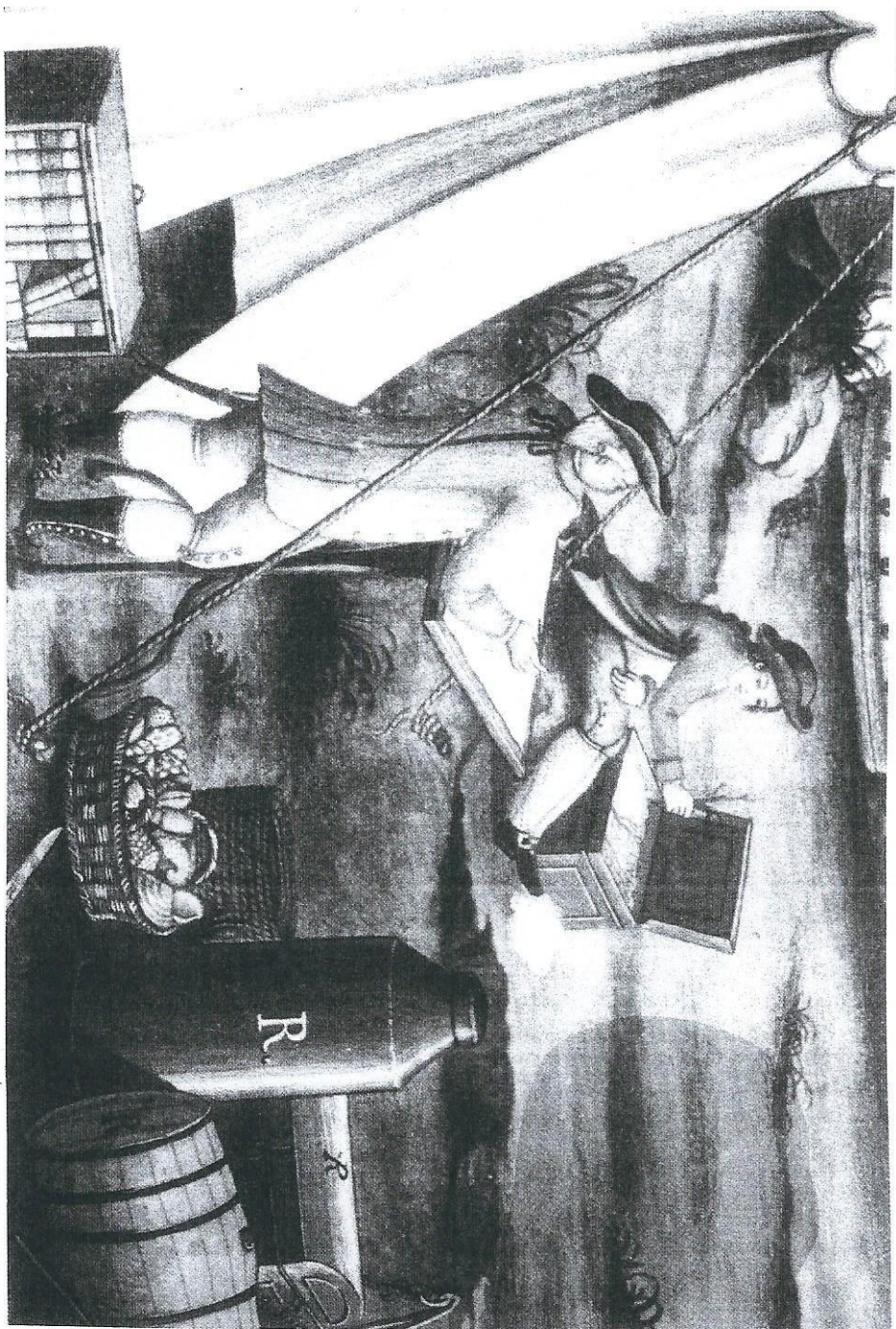


Fig. 14 - Pormenor da Figura n.º 13



Fig. 15 - Pormenor da Figura n.º 13

Composto e Impresso por:

R. S. Gráficos

R. D. Carlos I, N.º 4 * Tel. 479 46 71

Serra da Luz * 2675 ODIVELAS